



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MARIANA  
Instituído pela Lei 2.972 de 17 de Junho de 2015  
Edição nº 1285 de 26 de Março de 2020  
Autor da publicação: Eliene da Conceição Santos

---

## Publicações Prefeitura de Mariana

### Legislação: Leis Ordinárias

Legislação: Leis Ordinárias

LEI Nº 3.329, DE 11 DE MARÇO DE 2020

*“Institui a Semana Municipal da Luta LGBTQIA+”.*

**O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica instituída a **“Semana Municipal da Luta LGBTQIA+”** a ser comemorada na semana do dia 17 de maio de cada ano.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.**

Mariana, 11 de março de 2020.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Junior**

Prefeito Municipal de Mariana

## **Legislação: Leis Ordinárias**

**Legislação: Leis Ordinárias**

**LEI Nº 3.330, DE 11 DE MARÇO DE 2020.**

*“Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal no Município de Mariana e dá outras providências.”*

**O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

### **CAPÍTULO I**

#### **Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para a inspeção e a fiscalização dos atos de abate, industrialização, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal nos limites territoriais do Município de Mariana, mediante a observação das normas dispostas na presente Lei, na Lei Complementar Municipal nº. 168/2017 (Código Ambiental do Município de Mariana), na Lei nº 9.712/1998, no Decreto Federal nº 5.741/2006 e no Decreto Federal nº 7.216/2010, sendo que este último constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

**Art. 2º.** As competências e os objetivos do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) compreendem:

I - promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente de modo a não criar obstáculos para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - focar a sua atuação na implementação e na manutenção da qualidade sanitária dos produtos finais;

III - estimular o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da Sociedade Civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção;

IV - executar a inspeção sanitária de matéria-prima, da industrialização, beneficiamento, embalagem, distribuição e a comercialização dos produtos de origem animal mediante exercício do poder de polícia;

V - notificar os produtores e/ou comerciantes que produzirem e/ou comercializarem produtos que não atendam os requisitos constantes neste regramento;

VI - lavrar e instruir os respectivos Autos de Infração;

VII - solicitar apoio ao Poder Judiciário e à Polícia Militar, quando necessário, para o cumprimento das obrigações dispostas na presente Lei;

VIII - apreender produtos que estejam em desacordo com as normas insculpidas na presente Lei;

IX - suspender, interditar ou embargar estabelecimentos de produção ou comércio de produtos de origem animal, assim como cassar os respectivos registros, na hipótese de atuação fora dos limites desta Lei;

X - realizar ações de combate à produção e ao comércio clandestinos de produtos de origem animal;

XI - fiscalizar o transporte de produtos de origem animal *in natura*, industrializados e/ou beneficiados destinados ao comércio;

XII - realizar outras atividades relacionadas à inspeção e à fiscalização sanitária de produtos de origem animal indicados em leis estaduais e federais, ainda que não expressos no corpo da presente norma.

**Art. 3º.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural é a responsável pela coordenação e o gerenciamento do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários e, ainda, editar portarias que regulem as ações do referido Serviço.

**§ 1º.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural poderá estabelecer parcerias e cooperação técnica com outros Municípios, Estados e a União, podendo ainda participar de consórcios entre pessoas jurídicas de direito público para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção Sanitária (SIM) em conjunto com outros órgãos públicos, bem como poderão solicitar a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

**§ 2º.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) poderão, sempre que for necessário, requerer apoio de outras Secretarias e Departamentos Municipais para a execução das ordens contidas na presente Lei, podendo o mesmo ser concedido, inclusive mediante a cessão administrativa de servidores.

**§ 3º.** Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, em consonância com a legislação vigente.

**Art. 4º.** Entende-se por produtor de produtos de origem animal, para efeito da presente Lei, qualquer pessoa, natural ou jurídica, que desenvolve atividade econômica, ainda que artesanal, de produção, abate, beneficiamento, industrialização ou distribuição de matéria-prima e de produtos derivados de origem animal.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Fiscalização e da Inspeção**

**Art. 5º.** A inspeção e a fiscalização consistem no controle dos produtos de origem animal desde a etapa de fabricação, compreendendo ainda a armazenagem, o transporte, a distribuição e a comercialização até o consumo final, inclusive em restaurantes, padarias, bares e similares.

**Parágrafo único.** A inspeção e a fiscalização serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

**Art. 6º.** A inspeção sanitária municipal dos produtos de origem animal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendida da matéria-prima ao produto final da atividade econômica da pessoa inspecionada.

**§ 1º** - Entende-se por produção, beneficiamento e industrialização os procedimentos utilizados mediante qualquer técnica para a obtenção de produtos *in natura* ou derivados de origem animal, destinados ao consumo humano, que tenham características tradicionais, culturais ou regionais, ainda que produzidos em pequena escala.

**§ 2º** - O responsável técnico responderá solidariamente com o titular da atividade econômica desenvolvida por eventuais infrações sanitárias ocorridas em razão do descumprimento das ordens dispostas nesta Lei e em seu regulamento específico.

**Art. 7º** - A inspeção de estabelecimentos, após a instalação do respectivo Serviço Municipal deverá ser executada de forma permanente ou periódica.

**§1º** - A inspeção permanente será obrigatoriamente realizada nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies de animais.

I - Entende-se por espécies de animais para abate aqueles domesticados para fins de produção e, ainda, silvestres e exóticos aqueles criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

**§2º** - Nas demais hipóteses previstas nesta Lei, a inspeção será executada periodicamente.

I - Os estabelecimentos com previsão de inspeção periódica terão a frequência de visita estabelecida em regulamentos e portarias complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de modo a considerar o risco dos diferentes produtos e meios produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento em função da implementação dos programas de autocontrole.

**§ 3º** - A inspeção sanitária se dará:

I - Nos estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

II - Nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal para identificar as causas de eventuais problemas sanitários apurados nos insumos e/ou nos produtos existentes no estabelecimento industrial.

**§ 4º** - Caberá ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) a responsabilidade pelas atividades de inspeção sanitária dispostas na presente Lei.

**Art. 8º** - O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) respeitará as especialidades dos diferentes tipos de produtos e das diversas escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

**§ 1º** - Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte aquele sob propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizado no meio rural, com área útil construída inferior a 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, dispendo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes.

**§ 2º** - Entende-se, ainda, como estabelecimento agroindustrial, o local onde a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

- a. Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros) - aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 05 (cinco) toneladas de carnes por mês;
- a. Estabelecimentos de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/bubalinos/eqüinos) - aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 (oito) toneladas de carnes por mês;
- a. Fábrica de produtos cárneos - aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 05 (cinco) toneladas de carnes por mês;
- a. Estabelecimento de abate e industrialização de pescado - enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 04 (quatro) toneladas de carnes por mês;
- a. Estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 (cinco mil) dúzias por mês;

- a. Unidade de extração e beneficiamento do produto das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 (trinta) toneladas por ano;
  
- a. Estabelecimentos industriais de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados, previstos na presente Lei, destinados à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 (trinta mil) litros de leite por mês.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Produtores e dos Produtos**

**Art. 9º.** Os produtores de produtos de origem animal, além do competente licenciamento prévio da atividade expedido na forma da legislação em vigor, deverão providenciar, perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, o seu registro de inspeção.

**Art. 10.** Poderá requerer o registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) o micro e o pequeno empreendedor, além do microempreendedor individual que produzam, beneficiem, industrializem e transportem matéria-prima e produtos derivados de origem animal e vegetal com características tradicionais, culturais ou regionais, no território municipal.

**§ 1º** - O registro dos respectivos estabelecimentos de que trata o *caput* deste artigo é privativo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural será expedido somente depois de cumpridas todas as exigências constantes nesta Lei e nos respectivos regulamentos.

**§ 2º** - É vedado o registro de qualquer pessoa, física ou jurídica, no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que tenha registro em qualquer órgão de inspeção federal ou estadual.

**Art. 11.** Para a obtenção do registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos, mediante protocolo a ser realizado no Departamento Municipal de Documentação e Arquivo:

I - Requerimento simples dirigido à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

- II - Laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções a serem baixadas pela Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana por meio de portaria específica;
- III - Licença Ambiental Prévia emitida pelo órgão ambiental competente de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006 e com a Lei Complementar Municipal nº. 168/2017 (Código Ambiental Municipal);
- IV - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nos casos previstos em Lei;
- V - Carteira de Identidade, CPF e comprovante de endereço atualizado, se pessoa natural
- VI - Cópia do ato societário devidamente registrado no órgão competente, cópia do comprovante de inscrição estadual e municipal (se for o caso), cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ), cópia dos documentos pessoais do sócio-administrador (Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência atualizado, se pessoa jurídica);
- VII - Declaração expedida conjuntamente pelo Conselho de Inspeção Sanitária Municipal e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de que não se opõem à instalação do estabelecimento;
- VIII - Especificação dos produtos que serão fabricados;
- IX - Memorial Descritivo simplificado dos procedimentos de higiene que serão adotados em conformidade com a legislação em vigor;
- X - Certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal (conjunta em relação às contribuições previdenciárias), estadual e municipal com seus prazos de validade vigentes;
- XI - Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- XII - Planta baixa ou croquis das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto do local onde serão desenvolvidas as atividades devidamente assinado pelo profissional técnico que o elaborou, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

XIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sob titularidade do responsável pela elaboração da planta baixa ou dos croquis;

XIV - Memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

XV - Boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

XVI - Comprovante de quitação das taxas devidas.

**§ 1º** - Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte, as plantas baixas poderão ser substituídas por croquis elaborados por engenheiro responsável ou técnico dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

**§ 2º** - Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno, nos termos da legislação aplicável à espécie.

**Art. 12.** No estabelecimento a ser vistoriado poderão ser realizadas mais de uma atividade, devendo, para tanto, haver a previsão dos equipamentos necessários aos respectivos afazeres de modo a observar as normas de higiene aplicáveis à espécie.

**§ 1º** - Na hipótese delineada no *caput* do presente artigo, no caso de ser empregada a mesma linha de processamento para diversas atividades, a realização de um ato somente será permitida se finalizado o anterior e os equipamentos forem previamente higienizados.

**§ 2º** - O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) poderá permitir a utilização dos equipamentos e das instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal para o preparo de outros produtos industrializados que, em sua composição principal, não estejam contemplados na presente Lei.

**§ 3º** - Nas hipóteses descritas no § 2º acima, os produtos industrializados não poderão ser impressos ou gravados com os carimbos oficiais de inspeção previstos nesta Lei, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão próprio e competente para a sua correta fiscalização.

**Art. 13.** Os produtos e derivados de origem animal deverão conter o selo de inspeção municipal em suas embalagens ou o respectivo carimbo de inspeção quando “in natura”.

## **Seção I**

### **Do Registro**

**Art. 14.** Satisfeitas as exigências fixadas na presente Lei e sem seu regulamento, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) expedirá o registro do interessado, emitindo-se o Certificado de Inspeção Municipal (CERINM).

**Art. 15.** O Certificado de Inspeção Municipal (CERINM), conforme modelo constante no Anexo I desta Lei terá validade de 01 (um) ano a partir da data de sua emissão, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, desde que a renovação seja requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do término de sua vigência.

**§ 1º** - A concessão ou a renovação do Certificado de Inspeção Municipal (CERINM) fica condicionada à inspeção prévia, ao cumprimento de requisitos técnicos pertinentes e a integral observação da legislação aplicável à espécie.

**§ 2º** - Serão inspecionados os ambientes internos e externos dos estabelecimentos, os produtos, as instalações, as máquinas, os equipamentos e analisadas a regularidade das normas e das rotinas técnicas adotadas.

**§ 3º** - O Certificado de Inspeção Municipal (CERINM) poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, cassado ou cancelado para a preservação do interesse da saúde pública, sendo assegurado ao titular o direito de defesa em processo administrativo instaurado pela Coordenadoria do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**§ 4º** - É obrigatória a fixação do Certificado de Inspeção Municipal (CERINM) em local visível no interior do estabelecimento.

**§ 5º** - Em caso de transferência do estabelecimento, o adquirente deverá requerer atualização do registro com expedição de novo Certificado de Inspeção Municipal (CERINM), seguindo as mesmas ordens contidas na presente Lei, se novamente necessárias.

## **Seção II**

### **Dos Estabelecimentos**

**Art. 16.** Toda e qualquer construção, reforma e ampliação do estabelecimento, deverá ser submetida à prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**§ 1º** - Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, para exploração do comércio municipal, sem que esteja de acordo com as condições exigidas na legislação em vigor.

**§ 2º** - As exigências de que trata o § 1º deste artigo referem-se às condições de higiene e segurança do produto para consumo humano, à segurança ambiental, às dependências, instalações, máquinas, equipamentos e utensílios utilizados no estabelecimento e ao credenciamento do responsável técnico junto ao órgão competente.

**Art. 17.** Os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), analisados caso a caso, devem possuir sistema de tratamento de resíduos devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

### **Subseção I**

#### **Da higiene dos estabelecimentos**

**Art. 18.** Os funcionários que trabalharem em estabelecimentos de produtos de origem animal devem apresentar-se com uniforme completo, composto por botas, calça, avental e gorro, de cor clara, rigorosamente limpos e trocados diariamente ou, quando necessário, entre os turnos de trabalho.

**§ 1º** - Os funcionários que trabalham em oficinas, setores de manutenção e outros, devem apresentar-se com uniformes em cores diferenciadas e não poderão ter livre acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança, beneficiamento, industrialização e embalagem dos produtos.

**§ 2º** - Os visitantes somente poderão ter acesso ao interior do estabelecimento quando devidamente uniformizados e autorizados pelo responsável técnico.

**Art. 19.** Os funcionários deverão atender as seguintes exigências durante o horário de trabalho:

I - Não fazer uso de adorno nas mãos ou pulsos, estar com as unhas devidamente aparadas, limpas e sem decoração;

II - Não apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas e queimaduras nem mesmo cortes nas mãos, dedos e parte do antebraço, ou com sangramento;

III - Não cuspir, não fumar e não realizar qualquer ato físico que, de alguma maneira, possa contaminar o alimento;

IV - Manter rigorosa higiene pessoal.

**Art. 20.** Todas as dependências e equipamentos dos estabelecimentos devem ser mantidos em perfeitas condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos.

**Art. 21.** Os pisos e as paredes, assim como os equipamentos e os utensílios utilizados nos afazeres próprios, devem ser lavados diariamente e convenientemente desinfetados, neste caso, pelo emprego de substâncias previamente aprovadas pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 22.** Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos, quaisquer outros insetos ou animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos e agrotóxicos, cujo uso só será permitido nas dependências não destinadas ao armazenamento de matéria-prima, beneficiamento e industrialização dos produtos mediante o prévio conhecimento e aprovação pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Parágrafo único.** Fica proibida a permanência de cães, gatos e outros animais estranhos no interior dos estabelecimentos.

**Art. 23.** Fica proibida a realização de refeições nos locais destinados às embalagens e selos, ao armazenamento de matéria-prima, beneficiamento e industrialização, bem como depositar produtos, objetos e material estranho à finalidade da dependência ou ainda guardar roupas de qualquer natureza.

**Art. 24.** Todas as vezes que for necessário, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) deverá determinar a substituição, raspagem, pintura e reforma, em pisos, paredes, tetos e equipamentos.

**Art. 25.** Durante a fabricação, embarque e transporte, os produtos devem ser conservados ao abrigo de contaminações de qualquer natureza.

**Art. 26.** É proibido manter em estoque, nos depósitos de produtos, nas salas de recebimento, de beneficiamento e industrialização e nas câmaras frias ou de cura, material estranho ao trabalho da dependência.

**Art. 27.** Serão diariamente limpos e convenientemente desinfetados os instrumentos de trabalho.

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem ter em estoque, desinfetantes aprovados para higienização de dependências e equipamentos.

**Art. 28.** Nas áreas de beneficiamento, industrialização, armazenamento e cozimento é obrigatória a existência de pias com solução desinfetante, para desinfecção de facas, ganchos e outros utensílios.

### **Seção III**

#### **Da Identificação do Produto**

**Art. 29.** Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio exclusivamente local ou ao consumidor devem estar identificados por meio de rótulo e selo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 30.** Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa ou litografada na embalagem.

**Art. 31.** O rótulo será confeccionado pelo produtor conforme matriz criada e disponibilizada pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 32.** O rótulo para produtos de origem animal deverá conter as seguintes informações:

I - marca comercial do produto;

II - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;

III - nome do produtor;

IV - número de registro do produtor no Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

V - peso líquido e/ou unidades de apresentação;

VI - data de fabricação do produto;

VII - a expressão "prazo de validade" ou "consumir até";

VIII - lote ou partida;

IX - composição nutricional;

X - ingredientes;

XI - formas de conservação do produto;

XII - classificação do produtor;

XIII - endereço e telefone do estabelecimento;

XIV - o termo "indústria brasileira";

XV - nome do responsável técnico e o número de seu registro no Conselho, conforme exigência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

XVI - carimbo ou selo oficial do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), impresso o sobreposto;

XVII - CNPJ (se pessoa jurídica), CPF (se pessoa natural), inscrição estadual e inscrição municipal (se for o caso);

XVIII - demais disposições aplicáveis à espécie.

**Art. 33.** Os dados prescritos no art. 32 desta Lei para os rótulos poderão ser resumidos a critério do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), desde que não haja a supressão de informações indispensáveis ao consumidor.

**Art. 34.** Nenhum produto poderá ser comercializado sem o carimbo ou selo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 35.** A embalagem de produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas na legislação pertinente, sendo proibida a sua reutilização.

Parágrafo Primeiro - Quando colocados à venda de forma fracionada (a granel), os produtos serão expostos aos consumidores acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo as informações condizentes à sua higiene e boa conservação.

## Seção IV

### Do Transporte e Trânsito dos Produtos

**Art. 36.** As autoridades de saúde pública, em sua função de vigilância sanitária de alimentos nos centros de consumo, devem comunicar ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) os resultados das análises de rotina e fiscais que realizarem se dos mesmos resultar apreensão ou condenação dos produtos, subprodutos ou matérias primas de origem animal.

**Art. 37.** Todos os produtos de origem animal ou vegetal em trânsito pelas estradas municipais, devem estar devidamente embalados, acondicionados, rotulados e com selo do órgão de inspeção competente, podendo ser reinspecionados pelos técnicos do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos postos fiscais, fixos ou volantes, bem como nos estabelecimentos de destino.

**Art. 38.** Os produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos com inspeção permanente, quando em trânsito, devem estar obrigatoriamente acompanhados de Certificado Sanitário expedido pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 39.** O transporte de produtos de origem animal ou vegetal deve ser feito em veículos apropriados ao tipo do produto a ser transportado, como à sua perfeita conservação.

**§ 1º** - Não podem ser transportados com os produtos de que trata o *caput* deste artigo, produtos ou mercadorias de outra natureza.

**§ 2º** - Para o transporte a que se refere este artigo, os produtos devem estar acondicionados higienicamente em recipiente adequado, independente de sua embalagem individual ou coletiva.

**§ 3º** - Os produtos processados de origem animal e vegetal deverão, para transitar dentro do Município de Mariana, possuir o rótulo e carimbo de inspeção próprio ou de outro órgão de inspeção federal ou estadual.

## **CAPITULO IV**

### **Das Obrigações**

**Art. 40.** Os produtores de produtos de origem animal ficam obrigados a:

I - cumprir e fazer cumprir todas as exigências nela contidas;

II - cumprir as exigências regulamentares e da fiscalização inspetora do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

III - fornecer, quando necessário ou solicitado, material adequado e suficiente para execução dos trabalhos de inspeção;

IV - fornecer, quando for o caso, pessoal auxiliar habilitado e suficiente, para ficar à disposição do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

V - possuir responsável técnico, quando for o caso;

VI - acatar todas as determinações da inspeção sanitária quanto ao destino dos produtos condenados;

VII - manter e conservar o estabelecimento de acordo com as normas desta Lei;

VIII - recolher, se for o caso, todos os tributos ou tarifas de inspeção sanitária e/ou outras que existam ou vierem a ser instituídas de acordo com a legislação vigente;

IX - submeter à inspeção sanitária, sempre que necessário qualquer matéria-prima ou produto distribuído, beneficiado ou industrializado;

X - fornecer à coordenação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), até o décimo dia útil do início de cada mês subsequente ao vencido, os dados estatísticos de interesse para a avaliação da produção, beneficiamento, industrialização, distribuição, transporte e comércio de produtos de origem animal;

XI - substituir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o responsável técnico que eventualmente se desligar do estabelecimento, junto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

## **CAPÍTULO V**

### **Do Processo Administrativo e Aplicação de Penalidades**

#### **Seção I**

##### **Do Auto de Infração e da Defesa Administrativa**

**Art. 41.** Após a verificação da ocorrência das infrações às ordens contidas na presente Lei, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) expedirá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o Auto de Infração dirigido ao

infrator, na qual deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos:

I - número sequencial do Auto de Infração;

II - identificação e assinatura do agente responsável pela autuação;

III - campos para o preenchimento dos dados do infrator (nome, RG, CPF e endereço - se pessoa natural e nome, CNPJ e endereço - se pessoa jurídica);

IV - descrição detalhada da infração contendo a data, local e horário de seu cometimento;

V - dispositivos legais infringidos;

VI - data de início e término do prazo para a interposição de Defesa Administrativa;

VII - campos para assinatura e identificação do recebedor.

**§ 1º** - O Auto de Infração serão encadernado em volume único, referente a cada caso específico, mediante a numeração sequencial de páginas e a juntada de todos os documentos e provas produzidos ao longo do processo de apuração e possível penalização.

**§ 2º** - Todos os atos processuais praticados deverão ser reduzidos a termo, assinados por quem os praticou e juntados aos autos para a correta e integral instrução do feito.

**§ 3º** - A guarda dos autos e a sua organização documental ficarão sob incumbência da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**§ 4º** - Os autos e todos os documentos produzidos são públicos e podem ser acessados por qualquer pessoa interessada, nos termos da Lei nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), por meio de requerimento escrito e protocolado perante o Serviço de Inspeção Municipal (SIM)

**Art. 42.** O Auto de Infração será entregue pessoalmente ao infrator pelo Serviço de Inspeção Municipal

(SIM) ou mediante remessa via Correios por meio de correspondência registrada com aviso de recebimento.

**§ 1º** - As diligências indicadas no *caput* serão realizadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a expedição do Auto de Infração, sob pena de responsabilização funcional do servidor que descumprir as ordens ora estabelecidas.

**§ 2º** - Na hipótese de entrega pessoal, o agente responsável deverá fazer constar no respectivo protocolo o nome completo e os dados pessoais do recebedor, data e horário da entrega do Auto de Infração.

**§ 3º** - Na hipótese de remessa via Correios, será considerada recebido o Auto de Infração quando o aviso de recebimento conter a assinatura de qualquer pessoa que tenha ligação com o infrator.

**Art. 43.** Será ofertado ao infrator o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de Defesa Administrativa, contados a partir da data de recebimento do Auto de Infração, cujo protocolo deverá ser realizado perante o Departamento de Documentação e Arquivo e direcionado ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**§ 1º** - A Defesa Administrativa deverá conter todas as matérias que a parte interessada entender como úteis e necessárias ao seu insurgimento em desfavor do Auto de Infração lavrado, podendo instruí-la com as provas que entender como pertinentes, sob pena de preclusão.

**§ 2º** - Tanto a Defesa quanto o Recurso Administrativo em instância superior deverão conter a assinatura do infrator e ser instruído, ainda, com seus documentos pessoais. Na hipótese de pessoa jurídica, as peças defensiva e recursal deverão ser firmadas por seu sócio-administrador, cuja comprovação de poderes ocorrerá mediante a apresentação da última alteração contratual consolidada da respectiva pessoa jurídica.

**§ 3º** - As peças defensiva e recursal poderão ser assinadas, ainda, por procurador legalmente constituído, sendo indispensável a apresentação de mandato com poderes específicos.

**§ 4º** - A Defesa Administrativa será recebida com efeito suspensivo, sendo que a ausência de apresentação no prazo ora estipulado importará na imediata decretação de revelia com a consequente aplicação dos efeitos pertinentes.

**Art. 44.** A Defesa Administrativa será julgada por uma Junta de Julgamento formada por 03 (três) membros do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), indicados por meio de Portaria a ser expedida pela

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, decidindo pela possível condenação e pela aplicação das penalidades previstas na presente Lei, caso as razões defensivas e recursais não sejam acolhidas.

**§ 1º** - A Defesa Administrativa deverá ser julgada no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis corridos após o seu protocolo pelo infrator.

**§ 2º** - O resultado do julgamento e a íntegra da decisão de instância inicial serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana para ampla divulgação.

**§ 3º** - A íntegra da decisão de instância inicial será entregue pessoalmente ao infrator pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou mediante remessa via Correios por meio de correspondência registrada com aviso de recebimento.

**§ 4º** - Será concedido ao infrator o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de Recurso Administrativo à instância superior, cuja contagem será iniciada no dia útil seguinte à juntada da comprovação de intimação ao caderno processual.

**§ 5º** - Durante a fluência dos prazos dispostos na presente Lei, especialmente para a interposição de Defesa e Recurso Administrativos, os autos ficarão com vista franqueada à parte interessada.

**Art. 45.** Na hipótese dos atos processuais de citação e intimação pessoal ou por carta registrada com aviso de recebimento restarem infrutíferos, seja na instância inicial ou recursal, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) publicará Edital no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana com a finalidade de notificar o infrator a exercer, caso queira, o seu direito ao contraditório e à ampla defesa para os devidos fins de direito.

## **Seção II**

### **Dos Recursos Administrativos**

**Art. 46.** O Recurso Administrativo porventura interposto será julgado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, considerado como instância superior, em decisão única e fundamentada.

**§ 1º** - O Recurso Administrativo será protocolizado pela parte interessada perante o Departamento de Documentação e Arquivo e direcionado ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o qual obrigatoriamente

e de forma imediata remeterá o processo completo e a peça recursal à instância superior para análise e julgamento.

**§ 2º** - O Recurso Administrativo será recebido com efeito suspensivo e deverá ser julgado pela instância superior no prazo máximo de 20 (vinte) úteis após o seu protocolo pelo infrator.

**§ 3º** - O resultado do julgamento e a íntegra da decisão de instância superior serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana para ampla divulgação.

**§ 4º** - A íntegra da decisão de instância superior será entregue pessoalmente ao infrator pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou mediante remessa via Correios por meio de correspondência registrada com aviso de recebimento.

**§ 5º** - O julgamento do Recurso Administrativo pela instância superior será precedido por parecer jurídico expedido pelo advogado do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e por parecer conclusivo expedido pelo Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM).

**Art. 47.** Somente após esgotados os trâmites e prazos recursais poderão ser aplicadas ao infrator as penalidades determinadas na presente Lei.

**Parágrafo único.** Caso sejam acolhidos a Defesa e/ou o Recurso Administrativo interposto(s) pelo infrator, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) deverá desfazer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, todas as medidas cautelares administrativas por si eventualmente aplicadas, sem direito a qualquer tipo de indenização a favor da parte interessada.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Infrações e Penalidades**

**Art. 48.** As infrações às disposições contidas na presente Lei serão punidas administrativamente, sem prejuízo das competentes ações penais e cíveis, quando for o caso.

**Parágrafo único.** Além das infrações já previstas no corpo da presente Lei, incluem-se como tais os atos que procurem impedir, dificultar, burlar ou embaraçar a ação dos servidores do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 49.** As penalidades administrativas a passíveis de aplicação são:

I - advertência;

II - pena educativa;

III - multa;

IV - apreensão e/ou inutilização do produto;

V - interdição permanente ou temporária do estabelecimento;

VI - cancelamento e cassação do registro.

**Art. 50.** Na aplicação das sanções administrativas serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**Art. 51.** A pena educativa consiste em:

I - divulgação, às expensas do infrator, das medidas adotadas para sanar os prejuízos provocados pela infração, com vistas a esclarecer o consumidor do produto;

II - promoção de cursos de atualização dos dirigentes técnicos e dos empregados, a expensas do estabelecimento;

III - veiculação, às expensas do infrator, das mensagens expedidas pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural acerca do tema objeto da sanção.

**Parágrafo único.** Todo material deverá ser totalmente produzido pelo autuado, com aprovação prévia do

Serviço de Inspeção Municipal.

**Art. 52.** Aos infratores poderão ser aplicadas as seguintes multas:

I - 500 (quinhentas) UPFM quando:

- a. estejam operando sem a utilização de equipamentos adequados;
- b. não possuam instalações adequadas para manutenção higiênica das diversas operações;
- c. utilizem água contaminada dentro do processo;
- d. não estejam realizando o tratamento adequado das águas servidas;
- e. estejam utilizando os equipamentos, utensílios e instalações para outros fins que não aqueles previamente estabelecidos;
- f. permitam a livre circulação de pessoal estranho à atividade dentro das dependências do estabelecimento;
- g. permitam o acesso ao interior do estabelecimento de funcionários ou visitantes sem estarem devidamente uniformizados.
- h. não apresentarem a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitada.

II - 1.000 (mil) UPFM, quando:

- a. não possuírem registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e esteja realizando comércio municipal;
- b. estiverem sonogando, dificultando ou alterando as informações de abate;
- c. não houver acondicionamento e/ou depósito adequado de produtos e/ou matérias-primas, em câmaras frias ou outra dependência, conforme o caso;
- d. houver transporte de produtos e/ou matérias-primas em condições de higiene e/ou temperaturas inadequadas;
- e. não cumprir os prazos estipulados para o saneamento das irregularidades mencionadas em notificação da inspeção;
- f. houver utilização de matérias-primas de origem animal ou vegetal, que estejam em desacordo com a presente Lei e seu regulamento;
- g. não apresentarem análises de qualidade do produto

III - de 1.500 (mil e quinhentas) UPFM quando:

- a. ocorrerem atos que procurem dificultar, burlar, embaraçar ou impedir a ação de inspeção;
- b. houver comercialização de produtos com rótulo inadequado ou sem as informações exigidas pela presente Lei.

IV - 2.000 (duas mil) UPFM quando:

- a. houver transporte de produtos de origem animal ou vegetal procedentes de estabelecimentos sem a documentação sanitária exigida;
- b. houver comercialização de produtos de origem animal ou vegetal sem o respectivo rótulo;
- c. houver utilização de matérias-primas sem inspeção ou inadequadas para fabricação de produtos de origem animal ou vegetal;
- d. houver comercialização municipal de produtos sem registro e/ou inspeção;
- e. não possuir responsável técnico habilitado, conforme o caso.
- f. houver transporte e comercialização de produtos sem o selo ou carimbo do SIM.

V - de 2.500 (duas mil e quinhentas) UPFM quando:

- a. houver adulteração, fraude ou falsificação de produtos e/ou matérias-primas de origem animal e
- b. houver cessão de embalagens rotuladas a terceiros, visando facilitar o comércio de produtos não inspecionados.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural deverá encaminhar a guia para recolhimento da multa ao endereço do infrator com a antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias do vencimento.

**Art. 53.** Uma vez multado, o infrator poderá recolher a multa com descontos progressivos nas seguintes hipóteses:

I - 30% (trinta por cento) do valor total da multa caso o pagamento ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do vencimento;

II - 20% (vinte por cento) do valor total da multa caso o pagamento ocorra com antecedência mínima de 10 (dez) dias do vencimento;

III - 10% (dez por cento) do valor total da multa caso o pagamento ocorra com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do vencimento.

**§ 1º.** O infrator poderá parcelar o montante total da multa aplicada até 12 (doze) parcelas, devidamente corrigidas nos moldes da Lei Complementar Municipal nº. 007/2001 (Código Tributário Municipal) e, caso assim opte, perderá o direito à concessão dos descontos indicados no *caput* deste artigo.

**§ 2º.** As guias de recolhimento indicadas no corpo da presente Lei serão expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda sob solicitação e supervisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

**Art. 54.** Confirmada a aplicação da multa após o esgotamento da fase recursal e ultrapassado o prazo de quitação, os respectivos valores serão inscritos em dívida ativa não tributária pela Secretaria Municipal de Fazenda nos moldes indicados pelo art. 39, § 2º da Lei nº. 4.320/64 e pela Lei Complementar Municipal nº. 007/2001 (Código Tributário Municipal).

**Art. 55.** Para efeito de apreensão e/ou condenação, além dos casos já previstos nesta Lei, são considerados impróprios para o consumo, os produtos de origem animal ou vegetal que:

I - apresentarem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que durante o processo de beneficiamento ou industrialização demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II - forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III - contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde humana;

IV - estiverem sendo transportados fora das condições exigidas;

V - estiverem sendo comercializados sem o selo ou carimbo do órgão de inspeção competente.

**Parágrafo único.** Além das condições já previstas nesta Lei, ocorrerem:

I - adulterações, quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas pela legislação vigente;

II - fraudes, quando:

- a. houver supressão de um ou mais elementos e substituição por outros, visando ao aumento de volume ou peso, em detrimento de sua composição normal;
- b. as especificações, total ou parcialmente, não coincidam com o contido dentro da embalagem;
- c. for constatada intenção dolosa em simular ou mascarar a data de sua fabricação.

III - falsificação, quando:

- a. os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo, com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;
- b. forem utilizadas denominações diferentes das previstas nesta Lei ou em fórmulas aprovadas.

**Art. 56.** Encontrados produtos impróprios para o consumo, na forma prevista nesta Lei e regulamento, a autoridade inspetora retirará as amostras de prova e contraprova, selará o produto e determinará que o inspecionado o guarde em local adequado até o resultado das análises.

**Parágrafo único.** Caso os resultados das análises comprovem a inadequação do produto para o consumo humano, imediatamente a autoridade inspetora, às custas do infrator, promoverá a inutilização do produto.

**Art. 57.** Os casos de interdição permanente ou temporário do estabelecimento e de cassação do registro serão previstos no Decreto que regulamentará a presente Lei.

**Art. 58.** As penalidades acima identificadas serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por Lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública, policial ou de defesa do consumidor.

**Art. 59.** A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em portarias específicas a serem elaboradas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Taxas Específicas do Serviço Inspeção Municipal (SIM)**

**Art. 60.** Ficam instituídas as Taxas de Emissão e Renovação de Certificado de Inspeção Municipal, de

Registro, de Alteração da Razão Social, de Ampliação, Remodelação e Reconstrução de Estabelecimento e de Análises Periciais, relativas à inspeção e fiscalização sanitária de competência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), dispostas no Anexo II desta Lei.

**§ 1º** - A arrecadação e a fiscalização das taxas incumbem à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda.

**§ 2º** - A Taxa de Emissão e Renovação de Certificado de Inspeção Municipal será calculada de acordo com a área utilizada por pessoa natural ou jurídica para a produção e comercialização de produtos de origem animal, conforme gradação disposta no Anexo II desta Lei.

**§ 3º** - No documento indicado no art. 11, inciso II da presente Lei deverá constar a área total utilizada pela por pessoa natural ou jurídica para a produção e a comercialização de produtos de origem animal, sendo que a eventual prestação de informações inidôneas ou falsas pela parte interessada a sujeitará juntamente com o profissional técnico que assinou os referidos estudos técnicos às sanções cíveis e penais aplicáveis à espécie.

**Art. 61.** O fato gerador das taxas de que trata o art. 60 é o exercício do poder de polícia sobre os produtos e estabelecimentos abrangidos pelas disposições contidas na presente Lei.

**Art. 62.** Responsável pelo pagamento das taxas é a pessoa natural ou jurídica que desenvolver atividade sujeita à inspeção sanitária prevista nesta Lei.

**Art. 63.** A falta ou insuficiência de recolhimento das taxas acarretará ao infrator a aplicação de multa equivalente a 20% (vinte por cento) da importância devida, sem prejuízo de eventual inscrição em dívida ativa não tributária para posterior cobrança.

**Art. 64.** Os débitos decorrentes das taxas não recolhidas até o vencimento serão atualizados na data do efetivo pagamento e acrescidos nos moldes da Lei Complementar Municipal nº. 007/2001 (Código Tributário Municipal).

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Composição do Serviço de Inspeção Municipal (SIM)**

**Art. 65.** O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) será composto por equipe contendo, no mínimo, o seguinte quantitativo de profissionais:

I - 02 (dois) médicos veterinários;

II - 01 (um) nutricionista;

III - 01 (um) engenheiro de alimentos;

IV - 01 (um) engenheiro agrônomo;

V - 01 (um) engenheiro civil;

VI - 03 (três) técnicos em agropecuária;

VII - 01 (um) advogado.

**Parágrafo único.** Os afazeres de cada membro e as divisões de trabalho serão definidas por Decreto a ser editada pelo Chefe do Poder Executivo, respeitadas as atribuições funcionais legais de cada cargo.

**Art. 66.** A execução dos afazeres do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) será realizada, exclusivamente, por servidores públicos efetivos.

**§ 1º** - Os integrantes do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) são dotados com poder de polícia para a fiscalização, inspeção e demais atos próprios de que tratam esta Lei.

**§ 2º** - A coordenação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) será realizada por um de seus integrantes mediante prévia indicação e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal por meio de Decreto específico.

**Art. 67.** Fica a Secretaria Municipal de Administração, com o auxílio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, autorizada a promover o remanejamento de servidores advindos de outras Secretarias e necessários à execução dos atos previstos nesta Lei que estão sob suas responsabilidades.

## **CAPÍTULO IX**

### **Da Criação do Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) e do Sistema Único de Informações (SUI)**

**Art. 68.** Fica constituído o Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM), com atuação consultiva e deliberativa, como órgão auxiliar para a análise prévia dos afazeres sob responsabilidade do Serviço Municipal de Inspeção (SIM).

**Art. 69.** O Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) terá por atribuição a prestação de consultas, informações e auxílio ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para a execução de suas atividades específicas podendo, para tanto, realizar estudos técnicos, emitir pareceres conclusivos, expedir orientações normativas e estabelecer diretrizes complementares na hipótese de omissões da presente Lei.

**Parágrafo único.** O Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) será responsável, ainda, por prestar assistência consultiva ao titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural na ocasião dos julgamentos dos Recursos Administrativos, caso seja necessário e na hipótese de existir solicitação formal para tanto.

**Art. 70.** O Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) deverá elaborar o seu Regimento Interno no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da indicação dos Conselheiros com a posterior publicação no Diário Oficial Eletrônico de Mariana.

**Art. 71.** O Conselho ora criado será composto por 18 (dezoito) membros, de forma paritária, com a seguinte divisão:

I - Integrantes do Poder Público Municipal:

- a. 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;
- b. 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
- c. 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

II - Integrantes da Sociedade Civil:

- a. 03 (três) representantes dos produtores locais;
- b. 03 (três) representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana (ACIAM);
- c. 03 (três) representantes dos consumidores.

**§ 1º.** Os integrantes da Sociedade Civil serão escolhidos pelos respectivos representantes das classes

acima indicadas mediante ofício a ser encaminhado ao Poder Executivo Municipal.

**§ 2º.** Caberá ao Prefeito Municipal indicar os integrantes do Poder Público e escolher aqueles advindos da Sociedade Civil na hipótese de ausência de indicação pelos respectivos segmentos.

**§ 3º.** Os membros do Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) terão mandato válido por 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma vez, por igual período.

**§ 4º.** O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá substituir os membros indicados pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, a qualquer tempo, mediante a existência de motivo justo e devidamente fundamentado ou, então, mediante requerimento escrito do integrante.

**Art. 72.** O Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) será presidido por um de seus integrantes, escolhido entre seus pares por eleição direta, com mandato válido por 02 (dois) anos, devendo a presidência ser alternada entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

**Parágrafo único.** O corpo diretivo Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM) contará ainda com 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário, escolhidos entre seus pares por eleição direta, com mandato válido por 02 (dois) anos.

**Art. 73.** O Regimento Interno do Conselho disporá sobre as suas normas de organização, funções diretivas, o detalhamento dos limites e demais condições necessárias ao seu funcionamento.

**Parágrafo Único.** O exercício da função de Conselheiro Municipal de Inspeção Sanitária é considerado atividade social relevante e não será remunerada.

**Art. 74.** Fica constituído o Sistema Único de Informações (SUI) para o armazenamento de dados condizentes aos procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária a serem realizados, gerando registros auditáveis, para maior publicidade e transparência dos atos praticados.

**§ 1º -** Fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural a alimentação e a manutenção Sistema Único de Informações (SUI) sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do Município de Mariana.

**§ 2º -** Fica a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural autorizada a contratar, mediante prévio

processo licitatório, prestador de serviços para o desenvolvimento de programa informático do Sistema Único de Informações ou, se for o caso, locador de software que atenda as respectivas necessidades.

## CAPÍTULO X

### Das Disposições Gerais e Transitórias

**Art. 75.** Poderão ser editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, por meio de portarias específicas a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, em conformidade com as ordens contidas no Decreto Federal nº 5.741/2006.

**Art. 76.** Os recursos financeiros necessários à implantação Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

**Art. 77.** Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da presente Lei no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana, renovável por igual período, para que os atuais produtores e comerciantes de produtos de origem animal se adequem às normas ora estabelecidas.

**Parágrafo único.** Caso não sejam promovidas as adequações no prazo indicado no *caput*, ficam o produtor de produtos de origem animal sujeitos à multa no valor de 1.500 (mil e quinhentas) UPFM.

**Art. 78.** A resolução das dúvidas e das situações omissas que surgirem em decorrência da execução da presente Lei serão promovidas mediante portarias expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural após os respectivos debates e expedição de parecer conclusivo pelo Conselho de Inspeção Sanitária Municipal (CISM).

**Art. 79.** Para a fiel execução da presente Lei, o Chefe do Executivo Municipal editará Decreto, no que couber, nos termos do art. 92, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua publicação, inclusive no que diz respeito às questões técnicas e operacionais do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Art. 80.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 81.** Revogam-se as disposições em contrário.

**MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.**

Mariana, 11 de março de 2020.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Junior**

Prefeito Municipal de Mariana

## **ANEXO I**

### **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)**

### **CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (CERINM)**

Certifico que ....., CNPJ/CPF nº..... localizada à\_....., neste Município, Estado de Minas Gerais, com inscrição municipal nº..... é inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) quanto ao comércio de .....

O responsável se encontra ciente dos pré-requisitos para comercialização do(s) produto(s) referido(s) neste certificado e das condições de higiene sanitária para inserção no mercado de consumo de acordo com a legislação em vigor.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - REGISTRO Nº. .... LIVRO Nº. .... ANO .....  
VALIDADE .....

Atividade:

.....  
.....  
.....

Mariana, ..... de ..... de .....

## ANEXO II

### TAXAS ESPECÍFICAS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)

I - Emissão e renovação do Certificado de Inspeção Municipal de estabelecimentos:

<b>Área Utilizada</b>	<b>Quantidade de Unidades Fiscais</b>
1 - Até 30 m <sup>2</sup>	50 UPFM
2 - De 31 m <sup>2</sup> a 60 m <sup>2</sup>	80 UPFM
3 - De 61 m <sup>2</sup> a 120 m <sup>2</sup>	100 UPFM
4 - De 121 m <sup>2</sup> a 250 m <sup>2</sup>	200 UPFM
5 - De 251 m <sup>2</sup> a 500 m <sup>2</sup>	350 UPFM
6 - De 501 m <sup>2</sup> a 1000 m <sup>2</sup>	600 UPFM
7 - De 1001 m <sup>2</sup> a 2000 m <sup>2</sup>	800 UPFM
8 - De 2001 m <sup>2</sup> a 4000 m <sup>2</sup>	1500 UPFM
9 - De 4001 m <sup>2</sup> a 8000 m <sup>2</sup>	3000 UPFM

10 - Acima de 8001 m <sup>2</sup>	5000 UPFM
-----------------------------------	-----------

II - Pelo registro de produtos-rótulos: 30 (trinta) UPFM

III - Pela alteração da razão social: 10 (dez) UPFM (Unidade Fiscal Padrão do Município).

IV - Pela ampliação, remodelação e reconstrução de estabelecimento: 70 (setenta) UPFM.

V - Por análises periciais de produtos: conforme valor instituído pelo respectivo laboratório de análises, mediante requerimento por parte do Serviço de Inspeção Municipal.

## **Legislação: Leis Ordinárias**

### **Legislação: Leis Ordinárias**

#### **LEI Nº 3.331, DE 11 DE MARÇO DE 2020.**

*“Altera o art. 6º da Lei Municipal nº 2.591/2011 que instituiu Programa Especial de Auxílio Moradia e dá outras providências”.*

**O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** O art. 6º da Lei Municipal nº 2.591, de 28/11/2011 que instituiu o Programa Especial de Auxílio Moradia passará a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 6º.** O Auxílio a que se refere o art. 1º desta Lei terá seu subsídio financeiro pago pelo prazo máximo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atestado por parecer técnico da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania - SEDESC.*

***§ 1º** - O valor do subsídio financeiro total anual do presente benefício não excederá R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) por família;*

**§ 2º** - O valor do subsídio financeiro mensal do Auxílio Moradia a ser repassado aos beneficiários será escalonado da seguinte maneira:

- a. A família com renda **per capita que estiver dentro do limite de pobreza** estabelecido na legislação que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal receberá o valor do subsídio financeiro integralmente, fracionado em até 12 (doze) meses;
  
- a. A família cuja renda **per capita estiver entre o limite de pobreza** estabelecido na legislação que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal até o valor equivalente  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente receberá 70% (setenta por cento) do valor total do subsídio financeiro, fracionado em até 12 (doze) meses;
  
- a. A família cuja renda **per capita** estiver **acima de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{2}{4}$  do salário mínimo**, e se encontrar em emergência atestada por parecer técnico do responsável, receberá 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio financeiro, fracionado em até 12 (doze) meses.

**§ 3º** - O benefício ao qual se refere o art. 1º desta Lei está limitado ao auxílio máximo de 300 (trezentas) unidades familiares.

**§ 4º** - As famílias encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS em razão de violência doméstica e aquelas encaminhadas pela Defesa Civil oriundas de área de risco não serão computadas no limite de unidades familiares constante do § 3º deste artigo.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.**

Mariana, 11 de março de 2020.

## **Duarte Eustáquio Gonçalves Junior**

Prefeito Municipal de Mariana

# **Legislação: Decretos**

## **Legislação: Decretos**

### **DECRETO Nº 10.024, DE 06 DE MARÇO DE 2020.**

*“Nomeia o Equipe Multissetorial do Mãos Solidárias”.*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 92, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 9.857, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta os atos públicos denominados *“Mãos Solidárias”*.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Ficam nomeados, nos termos do art. 6º, do Decreto Municipal nº 9.857/2019, para compor a **Equipe Multissetorial do “Mãos Solidárias”**, os seguintes membros:

*I - Representantes da Secretaria Municipal de Administração;*

Titular: Arlinda Gonçalves Coelho

Suplente: Polyana Daher dos Santos Silva Almeida Costa

*II - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;*

Titular: Bruno Freitas Cotta

Suplente: Antonio Mauro Carneiro Gomes

*III - Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo, Esportes e Lazer;*

Titular: Efraim Leopoldo Rocha

Suplente: Eliane Luzia Gomes

*IV - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;*

Titular: Juliano Magno Barbosa

Suplente: Luiz Filipe Cizilio Freitas

*V - Representantes da Secretaria Municipal de Educação;*

Titular: Aline Aparecida Silva de Oliveira

Suplente: Renato Resende Braga

*VI - Representantes da Secretaria Municipal de Fazenda;*

Titular: Jamil José Abjaudi

Suplente: José Carlos Sampaio de Castro

*VII - Representantes da Secretaria Municipal de Governo;*

Titular: Raissa Souza Alvarenga

Suplente: Eliene da Conceição dos Santos

*VIII - Representantes da Secretaria Municipal de Transportes e Logística;*

Titular: Marco Antonio Gonçalves

Suplente: Wanderly Soares da Silva

*IX - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde;*

Titular: Marilene Romão Gonçalves

Suplente: Nathércia Angelica Barbosa Pereira Nobre

*X - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Suprimentos e Transparência;*

Titular: Vitor Nunes Pansiere

Suplente: Gislaine Fernanda da Silva

*XI - Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana;*

Titular: Camila de Leles Alves Pessoa

Suplente: Samuel Eleutério Pimenta

*XII - Representantes da Secretaria Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;*

Titular: Alessandra Martins da Costa Menezes

Suplente: Anderson Jesus de Paula

*XIII - Representantes da Secretaria Municipal de Defesa Social;*

Titular: Eliabe de Freitas Pereira

Suplente: Valério do Carmo de Freitas

*XIV - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;*

Titular: Renato Murcella Alves

Suplente: Wander Moreira Alves

*XV - Representantes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE-Mariana).*

Titular: Alexsandro Gonçalves

Suplente: Alessandra da Conceição Alves

**§ 1º.** A equipe multissetorial do “*Mãos Solidárias*” tem como função primordial auxiliar a Coordenadoria Geral na execução de suas tarefas específicas e acompanhar as intervenções nos locais e horários pré-determinados.

**§ 2º.** Os membros da referida equipe multissetorial ficam dispensados de seus afazeres habituais a favor da Administração Pública Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos legais, quando laborarem para a execução dos atos que lhes competem e compõem o conjunto “*Mãos Solidárias*”, sendo que as suas atuações não lhes concedem nenhuma remuneração adicional e são consideradas como relevantes

serviços públicos e sociais.

**§ 3º.** As atividades do “*Mãos Solidárias*” desenvolvidas pela equipe multissetorial não permite ao respectivo ocupante a percepção de vencimentos adicionais em relação ao seu cargo de origem e é considerada como relevante serviço público.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste pertencer, que o cumpra ou faça cumprir, tão inteiramente como nele se declara.**

**Duarte Eustáquio Gonçalves Junior**

**Prefeito Municipal**

## **Legislação: Decretos**

**Legislação: Decretos**

**DECRETO Nº 10.025, DE 12 DE MARÇO DE 2020**

*“Prorroga, para fins de amamentação, licença maternidade da funcionária que menciona e dá outras providências”.*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no artigo 92, VII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.146, de 30/11/2007, que incluiu o art. 90A e § 1º da Lei Complementar nº 005/2001, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariana;

Considerando, para fins de amamentação, a solicitação formal de pedido de prorrogação da licença maternidade, efetuada pela servidora mencionada, por meio do Processo Administrativo PRO nº 2194/2020,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a licença amamentação pelo período de 60 (sessenta) dias à servidora **Elaine Borges de Paula**, ocupante do cargo efetivo de **Técnico Enfermagem, Matrícula nº 20.146**, com início em 03/03/2020 e término em 01/05/2020.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos em 03/03/2020.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## **Legislação: Decretos**

**Legislação: Decretos**

**DECRETO Nº 10.026, DE 12 DE MARÇO DE 2020**

*“Concede licença a funcionário que menciona e dá outras providências”*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e

na forma prescrita no artigo 92, VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o teor da Lei Complementar nº 003/2001, que introduziu o Plano de Cargos, Carreira e Salários do servidor público municipal;

Considerando a solicitação formal de pedido de licença sem remuneração efetuada pelo servidor mencionado, conforme Processo Administrativo PRO nº 1629/2020.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a licença sem vencimento pelo período de 02 (dois) anos a servidora **Adriana Aparecida Nascimento**, ocupante do cargo efetivo de **Monitor de Creche**, matrícula nº **20.051**, com início em **12/03/2020** e término em **11/03/2022**.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## **Legislação: Decretos**

**Legislação: Decretos**

**DECRETO Nº 10.026, DE 12 DE MARÇO DE 2020**

*“Concede licença a funcionário que menciona e dá outras providências”*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no artigo 92, VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o teor da Lei Complementar nº 003/2001, que introduziu o Plano de Cargos, Carreira e Salários do servidor público municipal;

Considerando a solicitação formal de pedido de licença sem remuneração efetuada pelo servidor mencionado, conforme Processo Administrativo PRO nº 1629/2020.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a licença sem vencimento pelo período de 02 (dois) anos a servidora **Adriana Aparecida Nascimento**, ocupante do cargo efetivo de **Monitor de Creche**, matrícula nº **20.051**, com início em **12/03/2020** e término em **11/03/2022**.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## Legislação: Decretos

### Legislação: Decretos

#### DECRETO Nº 10.027, DE 12 DE MARÇO DE 2020

*“Concede licença a funcionário que menciona e dá outras providências”*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no artigo 92, VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o teor da Lei Complementar nº 003/2001, que introduziu o Plano de Cargos, Carreira e Salários do servidor público municipal;

Considerando a solicitação formal de pedido de licença sem remuneração efetuada pelo servidor mencionado, conforme Processo Administrativo PRO nº 1989/2020.

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a licença sem vencimento pelo período de 02 (dois) anos a servidora **Fátima do Carmo Resende**, ocupante do cargo efetivo de **PEB, matrícula nº 16.141**, com início em **12/03/2020** e término em **11/03/2022**.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## **Legislação: Decretos**

**Legislação: Decretos**

**DECRETO Nº 10.028, DE 16 DE MARÇO DE 2020**

*“Concede licença prêmio a servidor que menciona”.*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no artigo 92, VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o teor da Lei Complementar nº 003/2001, que introduziu o Plano de Cargos, Carreira e Salários do servidor público municipal;

Considerando as disposições contidas no art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 005/2001, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando a solicitação formal de pedido de licença prêmio efetuada pela servidora mencionada, por meio do Processo Administrativo PRO nº 1630/2020,

### **DECRETA:**

**Art. 1º - Fica concedida licença prêmio à servidora Juliana de Souza Ramos, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, Matrícula 20.403, pelo período de 01/04/2020 a 29/06/2020, conforme disposto no art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 005 de 2001.**

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º**. - Revogam-se as disposições em contrário.

**MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.**

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## **Legislação: Decretos**

### **Legislação: Decretos**

#### **DECRETO Nº 10.031, DE 17 DE MARÇO DE 2020**

*“Prorroga, para fins de amamentação, licença maternidade da funcionária que menciona e dá outras providências”.*

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no artigo 92, VII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.146, de 30/11/2007, que incluiu o art. 90A e § 1º da Lei Complementar nº 005/2001, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariana;

Considerando, para fins de amamentação, a solicitação formal de pedido de prorrogação da licença maternidade, efetuada pela servidora mencionada, por meio do Processo Administrativo PRO nº 2275/2020,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a licença amamentação pelo período de 60 (sessenta) dias à servidora **Joelma Gomes Martins Pinto Marques**, ocupante do cargo efetivo de **Guarda Municipal, Matrícula nº 16.075**, com início em 30/03/2020 e término em 28/05/2020.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## **Legislação: Decretos**

**Legislação: Decretos**

**DECRETO Nº 10.033, DE 18 DE MARÇO DE 2020**

*“Regulamenta a Lei Municipal nº 3.320/2019 que instituiu o Grupo Unido na Ação de Resistência as Drogas- GUARD”.*

**O Prefeito Municipal de Mariana, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no Art. 92, VII da Lei Orgânica Municipal e**

CONSIDERANDO o inteiro teor da Lei Municipal nº 3.320/2019, que instituiu o Grupo Unido na Ação de Resistência às Drogas - GUARD, cujo objetivo principal é orientar as crianças e adolescentes,

prioritariamente no ambiente escolar, mostrando-lhes os prejuízos que as drogas causam, com medidas capazes de elevar a autoestima e o desenvolvimento de criatividade, além de técnicas de autocontrole e resistência às influências negativas;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as medidas e ações que serão desenvolvidas pelo GUARD para o fiel cumprimento da referida Lei;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal nº 11.343/2006, que prescreve em seu art. 19, inciso XI, a necessidade de implantação de projetos pedagógicos de prevenção ao uso de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados às drogas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 7º, da Lei nº 8.069/90, que assegura às crianças e aos adolescentes o direito à proteção da vida e da saúde mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento sadio e harmonioso, de modo a ofertar-lhes condições dignas de existência;

CONSIDERANDO os problemas sociais originários do consumo de drogas lícitas e ilícitas geradoras de dependência física e psíquica, bem como contribuem significativamente para os índices criminais;

### **Decreta:**

**Art. 1º.** Fica regulamentado o **GUARD - Grupo Unido na Ação de Resistência às Drogas**, constituído por meio de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Defesa Social, que atuará no desenvolvimento de trabalho de prevenção primária contra o uso de drogas, junto às comunidades do Município de Mariana e, prioritariamente, no ambiente escolar.

**§ 1º.** Os principais objetivos do GUARD são:

I - orientar e conscientizar as crianças e os adolescentes, especialmente no ambiente escolar, sobre os danos, os efeitos nocivos e as desvantagens que as substâncias entorpecentes causam aos seus usuários;

II - indicar medidas capazes de elevar a autoestima e o desenvolvimento da criatividade das crianças e adolescentes como medidas protetivas ao uso de drogas;

III - desenvolver, aplicar e ensinar às crianças e adolescentes técnicas de autocontrole e resistência às influências negativas oriundas daqueles que utilizam drogas.

**§ 2º.** Para o alcance dos objetivos descritos no parágrafo anterior, o GUARD destinará seus trabalhos aos grupos de:

I - Educação: pais, alunos, professores e diretores;

II - Família: crianças, adolescentes, jovens, pais e assistidos;

III - Instituições governamentais, ONGS e sociedade civil organizada.

**Art.2º.** O GUARD será composto por Guardas Civis Municipais integrantes da Ronda Escolar, devidamente habilitados, os quais não receberão qualquer contrapartida financeira pelo desenvolvimento dos trabalhos.

**§3º.** A carga horária dos integrantes do grupo será aquela dos Guardas Civis Municipais, observada a legislação aplicável.

**§4º.** O trabalho do GUARD estará sob a coordenação da Coordenadoria do Serviço de Ronda Escolar.

**Art.3º.** Compete ao GUARD:

I - orientar dependentes e seus familiares, sobre os locais de tratamento ambulatorial e de autoajuda;

II - promover a prevenção ao uso de drogas à população marianense, estreitando os laços de cooperação através da filosofia de Policiamento Comunitário e Policiamento de Aproximação;

III - participar de cursos de capacitação, palestras, seminários, fóruns sobre a prevenção de drogas, bem como conhecer estratégias de prevenção, seu funcionamento e demais particularidades da problemática das drogas em geral;

IV - desenvolver trabalhos educativos de prevenção e combate ao uso de drogas para pais, alunos, professores e diretores;

V - desenvolver trabalhos com o tema de família e bem estar social direcionados a crianças, adolescentes, jovens e pais;

VI - desenvolver os trabalhos indicados nos incisos e IV e V deste artigo para instituições governamentais, ONG'S e demais organizações da sociedade civil legalmente constituídas, sem fins lucrativos que tenham objetivo social afim com os propósitos da GUARD.

**§1º.** A abordagem dos assuntos na sensibilização ao uso de drogas deverá ser feita por meio de cartilhas, recursos áudios visuais e dinâmicas, adequadas ao público alvo.

**§2º.** Antes de iniciar as atividades descritas no parágrafo anterior, o grupo deverá avaliar as características da comunidade a ser trabalhada como: cultura, condição social, grau de conhecimento ou escolaridade, se já existe uma problemática de um determinado tipo de droga, qual o tipo, se lícita ou ilícita, idade dos participantes, objetivos, ideologias e vivência, entre outras informações.

**Art. 4º.** Os trabalhos do GUARD serão divididos em programas e em módulos de acordo com a idade e anseio dos participantes, cobrindo todas as faixas etárias à partir dos 9 (nove) anos de idade, conforme descrição contida Anexo Único.

**Art. 5º.** A equipe do GUARD deverá aprimorar-se no conhecimento, especializando-se na prevenção ao uso de drogas, devendo participar de cursos de capacitação, palestras, seminários, fóruns sobre o assunto, conhecer estratégias de prevenção, seu funcionamento e demais particularidades da problemática das drogas em geral.

**Art. 6º.** A Secretaria Municipal de Defesa Social e a Secretaria Municipal de Educação poderão editar Portarias para detalhar e complementar as diretrizes estabelecidas no presente regulamento.

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste pertencer, que o cumpra ou faça cumprir, tão inteiramente como nele se declara.**

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## ANEXO ÚNICO

### 1. Programa Ronda Escolar

O Programa atenderá crianças de 9(oito) a 11(onze) anos de idade. Neste programa serão utilizadas cartilhas, recursos audiovisuais e dinâmicas.

O curso será ministrado em 11(onze) encontros com duração de 50(cinquenta) minutos cada.

Assuntos abordados:

- Direitos e deveres (ECA);
- Valorização e exercício individual da autoestima;
- Drogas: conceitos e legislações e consequências;
- Pressão de grupo e mídia;
- Como lidar com os problemas sem usar drogas
- Família.

### 1. Programa de formação dos agentes multiplicadores

Programa para jovens e adultos a partir de 18 (dezoito) anos de idade que serão voluntários na difusão da prevenção ao uso de drogas.

Neste programa serão usadas cartilhas, recursos audiovisuais e dinâmicas.

Assuntos abordados:

- Estatuto da Criança e do Adolescente-Direitos e Deveres;
- Drogas: Conceitos, Legislações e Consequências;
- Pressão de grupo na mídia;
- Como líder com os problemas sem usar drogas;

- Modos de prevenção;
- Valorização e Exercício individual da autoestima;
- Família.

## Legislação: Decretos

### Legislação: Decretos

#### DECRETO Nº 10.034, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

*“Regulamenta o serviço de **Ronda Escola**, previsto na Lei Federal nº 13.022/2014 e na Lei Complementar Municipal nº 177/2018”.*

O Prefeito Municipal de Mariana, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no Art. 92, VII da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, prevê em seu art. 5º as competências das Guardas Municipais;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 177/2018 (Estrutura da Administração Pública Municipal), prevê o serviço de Ronda Escolar;

CONSIDERANDO a proteção que devem merecer, prioritariamente, os alunos, professores e funcionários das unidades educacionais mantidas pelo Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar às unidades educacionais o desenvolvimento de suas atividades em ambiente tranquilo, sem perturbações de qualquer ordem,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica regulamentado o Serviço de Ronda Escolar, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Defesa Social com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de estabelecer ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo

discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

**Art. 2º.** A Ronda Escolar atenderá o serviço de patrulhamento nos entornos e dependências das escolas municipais.

**Art. 3º.** Compete ao serviço de Ronda Escolar:

I - realizar o patrulhamento preventivo nas unidades escolares e no entorno, com o intuito de identificar possíveis riscos à segurança pública, saúde física e mental dos alunos;

II - identificar, localizar e intervir junto às crianças e adolescentes em situação e em locais de risco e/ou abandono (em ruas, logradouros, cruzamentos) e encaminhá-los às instituições que lhe assegurem seus direitos constitucionais;

III - intervir, juntamente com a direção escolar, visando identificar alunos vítimas de abusos, maus tratos e violência de todos os tipos e auxiliar no encaminhamento aos órgãos competentes;

IV - agir junto à direção escolar para que as crianças e adolescentes tenham seus direitos constitucionais resguardados, no que se refere à segurança e educação;

V - encaminhar ao delegado de polícia civil, mediante flagrante delito, autor de infração ou crime, ocorrido nas imediações das escolas, preservando o local da infração/crime, quando possível e sempre que necessário;

V - ministrar palestras e atividades lúdicas, mediante o prévio agendamento da unidade escolar;

VI - coordenar programas de prevenção à violência em escolas, com suporte ao corpo docente e discente;

VII - coordenar o patrulhamento comunitário escolar junto às crianças, adolescentes, jovens e à comunidade, no trato adequado de questões envolvendo a prevenção, o uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas;

VIII - planejar, acompanhar e avaliar as ações preventivas à violência na escola;

IX - elaborar campanhas para difundir a promoção da cultura da paz nas escolas;

X - criar e manter banco de dados estatísticos com informações referentes às ações, intervenções pedagógicas, orientações e repreensões, especialmente em situação de atos infracionais.

**Parágrafo único-** Os dados que a se referem o inciso X deste artigo serão mantidos em sigilo e controle, com divulgação somente para subsidiar o serviço, conforme necessidade, observado o direito à privacidade e as disposições contidas na Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informações.

**Art. 4º.** A Secretaria Municipal de Defesa Social designará internamente os Guardas Civis Municipais que integrarão o Serviço de Ronda Escolar, de acordo com as necessidades e disponibilidades, assim como estabelecerá as rotas e horários de atuação.

**§ 1º-** Os Guardas Civis Municipais integrantes da Ronda Escolar devem ser capacitados para um bom desempenho de atividades de instrutor e multiplicador.

**§ 2º.** A carga horária dos Guardas Civis Municipais integrantes do Serviço de Ronda Escolar respeitará as disposições legais aplicáveis.

**§ 3º.** Os Guardas Civis Municipais integrantes da Ronda Escolar devem pautar-se nas seguintes características:

I - espírito voluntário;

II - humildade;

III - perseverança;

IV - persistência;

V - dinamismo;

VI - sociabilidade;

VII - doação;

VIII - comprometimento;

IX - boa conduta

**Art. 5º.** À Coordenação da Ronda Escolar compete gerir os trabalhos da Ronda Escolar, de acordo com as diretrizes específicas ao serviço e de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Secretaria Municipal de Educação.

**Art.6º.** Fica estabelecido, para fins deste Decreto, o perímetro escolar de segurança estendido a uma distância com um raio de 100 (cem) metros das unidades escolares, entendido como área contígua aos prédios que sediam essas unidades educacionais municipais.

**Art.7º.** Para o Serviço de Ronda Escolar, os Guardas Civis Municipais deverão utilizar o uniforme da Guarda Civil Municipal.

**Art. 8º.** As viaturas destinadas ao atendimento dos trabalhos da Ronda Escolar deverão ser pintadas no padrão das demais viaturas da Guarda Civil Municipal, constando nas portas dianteiras e nas laterais a descrição “Ronda Escolar”.

**Art. 9º.** A Secretaria Municipal de Defesa Social e a Secretaria Municipal de Educação poderão editar Portarias para detalhar e complementar as diretrizes estabelecidas no presente regulamento.

**Art.10.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste pertencer, que o cumpra ou faça cumprir, tão inteiramente como nele se declara.**

**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Prefeito Municipal

## Legislação: Decretos

Legislação: Decretos

**DECRETO Nº 593, DE 16 DE MARÇO DE 2020.**

O Prefeito Municipal de Mariana, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica exonerada, a pedido, **Jessica Cristina de Carvalho Martins**, do cargo comissionado de **Coordenadora de Serviços de Educação Infantil**, a partir do dia 16 de março de 2020, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 177/2018.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se às disposições em contrário.

**Duarte Eustáquio Gonçalves Junior**

Prefeito Municipal

## Legislação: Portarias

Legislação: Portarias

**PORTARIA Nº 004, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

*“Substitui membro da Comissão Permanente de Seleção, Monitoramento e Avaliação do terceiro setor do Município de Mariana”,*

**O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, no uso das suas**

## **atribuições legais, e**

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas posteriores alterações e o Decreto Municipal nº 8.726, de 23 de janeiro de 2017, que estabelecem e regulamentam o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil - OSCs;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, da Portaria nº 008, de 20/03/2017, que instituiu a Comissão Permanente de Seleção, Monitoramento e Avaliação do terceiro setor do Município de Mariana,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear, para compor a Comissão Permanente de Seleção, Monitoramento e Avaliação do terceiro setor do Município de Mariana, os seguintes membros.

#### **Titulares:**

- Karine Ferreira Magalhães
- Emanuel Rodolfo Maia Camacho
- Dayanne Mara Alves Silva Reis

#### **Suplente:**

- Rogéria Aparecida Luna

**Parágrafo Único** - Nomear, para presidir a Comissão Permanente de Seleção, Monitoramento e Avaliação a servidora **Dayanne Mara Alves Silva Reis**.

**Art. 2º** - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 001, de 02.01.2019 e Portaria nº 004, de 15.05.2019.

**Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

**Duarte Eustáquio Gonçalves Junior**

Prefeito Municipal

## **Licitações: Pregão Presencial**

### **Licitações: Pregão Presencial**

**Prefeitura Municipal de Mariana - Pregão Presencial Nº 027/2020. Suspensão “SINE DIE” somente em relação à contagem de PRAZO de intervalo mínimo entre a publicação do edital e a realização da sessão inicial do processo licitatório. Objeto:** Aquisição de materiais e equipamentos para construção em geral para atender as demandas das intervenções do programa “mãos solidárias” e demais setores da

Prefeitura Municipal. **Motivo da suspensão: medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19).** Tão logo encerrado o período de suspensão, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) restabelecerá o prazo acima referenciado e dará continuidade à respectiva contagem a partir de sua paralisação. Informações, esclarecimentos e edital sala da CPL. Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacaoprefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacaoprefeiturademariana@gmail.com). **Tel: (31)35579055.** Mariana 25 de Março de 2020.

**Prefeitura Municipal de Mariana- SUSPENSÃO** Pregão presencial Nº 014/2020, como medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19). **Objeto** Registro de Preço aquisição de material de limpeza e descartáveis em atendimento as necessidades do serviço de limpeza e higiene dos equipamentos da SEDESC. Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacaoprefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacaoprefeiturademariana@gmail.com). **Tel: (31)35579055.** Mariana 25 de Março de 2020. Marcelle Roberto Soares. Presidente CPL.

**Prefeitura Municipal de Mariana- SUSPENSÃO** Pregão presencial Nº 017/2020, como medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19). **Objeto** Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviço de Buffet e coquetel para atender aos eventos da SECTEP. Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacaoprefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacaoprefeiturademariana@gmail.com). **Tel: (31)35579055.** Mariana 25 de Março de 2020. Marcelle Roberto Soares. Presidente CPL.

**Prefeitura Municipal de Mariana- SUSPENSÃO** Pregão presencial Nº 019/2020, como medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19). **Objeto** Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços de diagramação e impressão de avaliações padronizadas em atendimento a Secretaria de Educação. Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacaoprefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacaoprefeiturademariana@gmail.com). **Tel:**

(31)35579055. Mariana 25 de Março de 2020. Marcelle Roberto Soares. Presidente CPL.

**Prefeitura Municipal de Mariana- SUSPENSÃO** Pregão presencial Nº 025/2020, como medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19). **Objeto** Registro de Preço para aquisição de alimento para cão de grande porte (adulto) da guarda municipal- tipo premium. Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacaoprefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacaoprefeiturademariana@gmail.com). **Tel:** (31)35579055. Mariana 25 de Março de 2020. Marcelle Roberto Soares. Presidente CPL.

## Publicações Diversas: Extratos de Contratos e Convênios

### Publicações Diversas: Extratos de Contratos e Convênios

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 254/2018 CONTRATANTE (A):** SETRICCAL SERVIÇO DE TRANSPORTE, INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE CALÇAMENTOS LTDA - EPP **OBJETO:** Dilação de prazo por mais 60 dias **DATA:** 21/02/2020 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei 8.666/93. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 308/2019 CONTRATADO (A):** RETIFICA PONTENOVENSE LTDA **OBJETO:** Prestação de serviços de retífica de motores em veículos da frota municipal. **VALOR:** R\$ 618.920,00 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2019 **VINCULAÇÃO:** ARP 157/2018 **DATA:** 10/09/2019 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0501.04.122.0001.2.426-339039 1100 ficha 034; 0701.10.122.0024.2.433-339039 1102 ficha 121; 0701.10.301.0024.2.413-339039 1148 fichas 143; 0701.10.302.0024.2.415-339039 1112 ficha 158; 0901.12.361.0018.2.638-339039 1101 ficha 321; 0901.12.361.0018.2.638-339039 1122 ficha 322; 1201.06.122.0017.2.630-339039 1100 ficha 410; 1202.06.451.0017.2.192-339039 1157 ficha 424; 1601.04.122.0001.2.621-339039 1100 ficha 466; 2101.26.782.0001.2.419-339039 1100 ficha 520; 2301.04.122.0001.2.421-339039 1100 ficha 539; 2401.04.122.0001.2.420-339039 1100 ficha 564. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 410/2019 CONTRATADO (A):** MIMAQUINAS LTDA - ME **OBJETO:** Aquisição de armários e maquinários para manutenção do Projeto Padaria Escola, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. **VALOR:** R\$ 26.380,00 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses. **DATA:** 19/11/2019 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0801.08.122.0001.2.2320-449052 1100 ficha 710. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 345/2019 CONTRATADO (A):** COMERCIAL VENER LTDA - EPP **OBJETO:** Dilação de prazo por 180 dias **DATA:** 18/12/2019 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020 CONTRATADO (A):** WTRADE INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA **OBJETO:** Fornecer, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, saneantes e materiais de limpeza para processo de higienização e desinfecção das unidades de saúde do Município de Mariana. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 05/01/2021 **VALOR:** R\$ 41.929,00 **DATA:** 06/01/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.122.0024.2.433-339030 1102 ficha 131; 0701.10.301.0024.2.413-339030 1102 ficha 158; 0701.10.301.0024.2.413-339030 0159 ficha 157. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020 CONTRATADO (A):** RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMIENTOS LTDA. EPP (MG) **OBJETO:** Fornecer, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, ambulâncias para transporte de pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 15/01/2021 **VALOR:** R\$ 194.000,00 **DATA:** 16/01/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.302.0024.2.418 449052 1102 Ficha 195. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2020 CONTRATADO (A):** TUBOS TIGRE ADS DO BRASIL LTDA **OBJETO:** Fornecer, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, tubos de PEAD para utilização em obras de saneamento e infraestrutura no Município de Mariana. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 02/02/2021 **VALOR:** R\$ 3.684.000,00 **DATA:** 03/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0501.15.451.0002.2.166-339030 1100 ficha 081. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2020 CONTRATADO (A):** DENTAL BH BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR EIRELI **OBJETO:** Fornecer, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, instrumentais odontológicos para o Setor de Odontologia do Município de Mariana **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 04/02/2021 **VALOR:** R\$ 58.736,72 **DATA:** 05/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.301.0024.2.413-339030 0159 ficha 157; 0701.10.301.0024.2.413-339030 1102 ficha 158. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020 CONTRATADO (A):** FPV COELHO - ME **OBJETO:** Fornecer, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, instrumentais odontológicos para o Setor de Odontologia do Município de Mariana **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 04/02/2021 **VALOR:** R\$ 13.899,06 **DATA:** 05/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.301.0024.2.413-339030 0159 ficha 157; 0701.10.301.0024.2.413-339030 1102 ficha 158. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2020 CONTRATADO (A):** ARENNA INFORMÁTICA LTDA - ME **OBJETO:** Fornecer, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, equipamentos profissionais de fotografia, filmagem e acessórios para atendimento ao Setor de Comunicação e Cerimonial da Secretaria Municipal de Governo. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 13/02/2021 **VALOR:** R\$ 39.556,80 **DATA:** 14/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 1601.04.122.0001.2.621-339030 1100 ficha 520;

1601.04.122.0001.2.621-449052 1100 ficha 524 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 020/2020 CONTRATADO (A):** COPMAYS LTDA - EPP **OBJETO:** Fornecimento de materiais didáticos para atendimento às demandas das unidades da Rede Municipal de Ensino. **VALOR:** R\$ 5.720,00 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2020 **DATA:** 03/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0901.12.122.0018.2.087-339030 1101 ficha 327; 0901.12.361.0018.2.460-339030 1101 ficha 342; 0901.12.361.0018.2.642-339030 1101 ficha 363; 0901.12.362.0018.2.501-339030 1100 ficha 372; 0901.12.365.0018.2.500-3390301101 ficha 393; 0901.12.365.0018.2.645-339030 1101 ficha 402; 0901.13.392.0018.2.461-339030 1100 ficha 420. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 027/2020 CONTRATADO (A):** CONCEITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA. **OBJETO:** Fornecimento de medicamentos não padronizados em cumprimento às demandas judiciais de processos ajuizados contra o Município de Mariana. **VALOR:** R\$ 52.368,00 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2020 **DATA:** 05/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.301.0024.1.616-339030 1102 ficha 147. **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 074/2020 CONTRATADO (A):** LUZCOLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME **OBJETO:** Fornecimento de materiais de construção para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana. **VALOR:** R\$ 11.252,50 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2020 **DATA:** 17/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0501.15.451.0002.2.166-339030 1100 ficha 777; 0501.15.451.0002.2.166-339030 1100 ficha 778 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 085/2020 CONTRATADO (A):** TRANSCOTTA AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA **OBJETO:** Fornecimento de vales transportes e carga de créditos em cartões eletrônicos para alunos que cursam o ensino médio na sede e residem em distritos do Município, para os que cursam o ensino técnico em Ouro Preto e Mariana, para funcionários e professores da rede municipal de ensino. **VALOR:** R\$ 1.083.525,45 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2020 **DATA:** 21/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0901.12.122.0018.2.087 339039 1101 ficha 329; 0901.12.362.0018.2.640 339039 1100 ficha 775 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 089/2020 CONTRATADO (A):** TRANSCOTTA AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA **OBJETO:** Fornecimento de vales transportes e carga de créditos em cartões eletrônicos para servidores municipais que residem na sede do Município, distritos e nas cidades vizinhas. **VALOR:** R\$ 599.595,65 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2020 **DATA:** 21/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2301.04.122.0001.2.421-339048 1100 ficha 600 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 090/2020 CONTRATADO (A):** CRISTIANE DE PAULA FERREIRA **OBJETO:** Prestação

de serviços *para atendimento psicológico mensal aos Guardas Municipais do Município de Mariana.*  
**VALOR:** R\$ 83.666,88 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses **DATA:** 21/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 1201.06.122.0017.2.630-339036 1100 ficha 456 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 091/2020 CONTRATADO (A):** LISETTE LORENNIA MEYNARD RUIZ DE GABOA  
**OBJETO:** Prestação de serviços *para atendimento psicológico mensal aos Guardas Municipais do Município de Mariana.* **VALOR:** R\$ 83.666,88 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses **DATA:** 21/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 1201.06.122.0017.2.630-339036 1100 ficha 456 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 092/2020 CONTRATADO (A):** WALKIRIA DAS GRAÇAS FELIPE **OBJETO:** Prestação de serviços *para atendimento psicológico mensal aos Guardas Municipais do Município de Mariana.* **VALOR:** R\$ 83.666,88 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses **DATA:** 21/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 1201.06.122.0017.2.630-339036 1100 ficha 456 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 244/2019 CONTRATADO (A):** CENTRO DE REABILITAÇÃO CASA DE DIVINOS LTDA. **OBJETO:** Dilação de prazo por 60 dias **DATA:** 07/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.301.0024.1.616 339039 1102 Ficha 148. **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**2º TERMO ADITIVO LOCADOR Nº 186/2018 LOCADOR (A):** ARQUIDIOCESE DE MARIANA **OBJETO:** Dilação de prazo por mais 12 meses. **VALOR:** R\$ 14.000,00/ mês **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0901.12.365.0018.2.645.339039 1101 ficha 404. **DATA:** 03/01/2020 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 314/2017 CONTRATADO (A):** COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (VALENET) **OBJETO:** Acréscimo de quantitativos de serviços. **DATA:** 22/01/2020. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.122.0024.2.433-339039 1102 ficha 134. **FUND. LEGAL:** Art. 65, II, "b" c/c § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**8º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 194/2018 CONTRATADO (A):** GAGÉ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME **OBJETO:** Retificação do 3º aditivo ao Contrato nº 194/2018. **DATA:** 28/01/2020. **FUND. LEGAL:** Lei 8.666/93 e suas alterações; Contrato de Financiamento Nº 241.673/18/BDMG. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**9º TERMO ADITIVO CONT. Nº 165/2018 CONTRATADO (A):** CONSTRUTORA MESTRA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA - EPP **OBJETO:** Dilação de prazo por mais 90 dias **DATA:** 03/02/2020 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei 8.666/93. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 244/2017 CONTRATADO (A):** DESIGNER SERRALHERIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP **OBJETO:** *Dilação de prazo por mais 90 dias.* **DATA:** 11/02/2020 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II, da Lei 8.666/93. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**DISTRATO CONT. Nº 249/2015 CONTRATADO (A):** SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL MONSENHOR HORTA **OBJETO:** Rescisão do Contrato n.º 249/2015, nos termos do Artigo 79, incisos II da Lei nº 8.666/93. **DATA:** 05/02/2020 **FUND. LEGAL:** Lei 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 224/2019 CONTRATADO (A):** CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA **OBJETO:** Adequação dos serviços contratados em razão de sua complexidade. **VALOR:** R\$ 41.957,00 **DATA:** 21/02/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 1801.04.121.0001.2.004 339039 1100 Ficha 533 **FUND. LEGAL:** Art. 58, I c/c art. 65, I, "a" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

**1º TERMO ADITIVO CONT. Nº 088/2019 LOCADOR (A):** JEFFERSON BRAGA BATISTELI **OBJETO:** Dilação de prazo por mais 12 meses **DATA:** 05/03/2020 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.305.0024.2.440-339036 0159 ficha 213. **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei 8.666/93 e alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

**3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 171/2017 CONTRATADO (A):** CONSULTORIA DE NEGÓCIOS RT LTDA **OBJETO:** Dilação de prazo por 180 dias **DATA:** 27/12/2020 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.